

A madeira da Amazônia

A comissão externa da Câmara que investiga a ação de madeiras estrangeiras na Amazônia chegou à conclusão de que aquilo que, à primeira vista, pareciam ser temores exagerados de ambientalistas são, de fato, graves casos concretos de desrespeito à legislação. Depois de dez meses de apuração, os deputados constataram que as

grandes madeiras internacionais que operam no território brasileiro não se preocupam em registrar as propriedades que adquiriram, nem muito menos em observar as normas do Banco Central relativas ao ingresso de capitais de investimento, ou a legislação ambiental. Segundo estimativas que chegaram ao conhecimento da comissão, cerca de 9 milhões de hectares da floresta amazônica seriam de propriedade de empresas estrangeiras que exportam a madeira sem se preocupar com cumprir a lei que regulamenta esse tipo de atividade.

No mês que vem, quando a comissão da Câmara divulgar seu relatório, o governo não poderá mais alegar ignorância do que se passa na Amazônia e permanecer sem reagir passivo diante da utilização ilegal da floresta por quem não tem títulos de propriedade legalizados. Desde abril, o ministro do Meio Ambiente está de posse de relatório feito pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, que aponta indícios de irregularidades na aquisição de terras por madeiras estrangeiras, que usam empresas brasileiras "fantasmas" para mascarar seu negócio. Ademais, o relatório assinalava que 80% da madeira retirada da Amazônia é produto de atividade ilegal e predatória.

Os deputados descobriram que várias madeiras inter-

nacionais que atuam naquela região do País não têm registro no Incra, nem no Banco Central ou na Secretaria do Patrimônio Público. Somente uma delas, pertencente ao grupo WTK, da Malásia, é dona de 1,4 milhão

de hectares de floresta, mas só registrou 300 mil. A razão, segundo apuraram os deputados, é que ela não tem documentos que comprovem sua

Comissão da Câmara constata flagrantes irregularidades praticadas por madeiras

propriedade dos outros 1,1 milhão de hectares. O Banco Central também não tem nenhum documento que comprove que o grupo WTK fez investimentos no Brasil na área da exploração florestal. Por outro lado, empresas brasileiras até pouco tempo inexpressivas têm apresentado, nos últimos meses, grandes volumes de madeira exportada. Há empresas estrangeiras que não se dão ao trabalho de usar empresas brasileiras para mascarar sua atividade. A americana Lawton não tem nenhum registro nos cartórios da região onde explora madeira, conforme levantamento dos deputados, e mesmo assim exportou US\$ 3,2 bilhões em madeira beneficiada no ano que passou.

Se as normas do Banco Central não são respeitadas pelas madeiras estrangeiras, o que dizer da falta de fiscalização do cumprimento da legislação ambiental? Para se ter uma idéia, no Estado do Amazonas, com 1,5 milhão de km², existem dez fiscais. O governo precisa agir com rapidez para controlar essa situação. Não só porque a degradação ambiental pode tornar-se irreversível, como também as mudanças econômicas e sociais que o setor madeireiro ocasiona nos locais onde atua podem ser definitivas. A presença reguladora e fiscalizadora do Estado é mais que nunca imprescindível na Amazônia.